

A ameaça ao crescimento

por Vera Saavedra Durão
do Rio

O economista da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Paulo Nogueira Baptista, considera a retomada recente da economia brasileira ameaçada pela aceleração inflacionária e pela possibilidade de decréscimo no nível de expansão das exportações brasileiras, neste ano, dadas as estimativas de um menor crescimento das economias desenvolvidas nos próximos doze meses.

"Há riscos de uma nova recessão", alerta Nogueira Baptista, enquanto Angelo Jorge de Souza, economista do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre), da FGV, avalia dias melhores para o País: "Não dá mais para manter a taxa de inflação baixa comprimindo a economia", observa Jorge de Souza, para quem a retomada atual é tênue, mas o PIB foi positivo, e a adoção de uma política de mais fino ajustamento econômico poderá manter a atividade produtiva em ritmo modesto sem necessidade de adoção de medidas restritivas.

Na avaliação do economista do Ibre, a recente recuperação da economia tem redundado em "rebate da inflação", pois baseou-se na exportação. "A maioria do que tem crescido tem pressionado a curva inflacionária, pois requer incentivos e volumes expressivos de recursos. Acho, porém, possível manter a economia ativa,



Paulo Nogueira Baptista

sem pressões inflacionárias, desde que o governo implante uma política industrial seletiva, estimu-

lando investimentos em setores da indústria com maior capacidade ociosa.

Angelo Jorge de Souza não acredita que a retomada esteja ameaçada, desde que se tome medidas no campo monetário, redução da dívida interna e da taxa de juros.

Nogueira Baptista, para quem a retomada prosseguirá a curto prazo, não vê outra saída a não ser com uma renegociação da dívida externa. "Só assim o País poderá ter uma folga interna, diminuindo a transferência real de dólares para o exterior e, consequentemente, não dependendo tanto do resultado do

superávit comercial", assinalou. Para Nogueira Baptista, especialista em contas internacionais, a retomada recente está sob ameaça de retrocesso em função de queda na expansão das exportações, neste ano, aliada a um crescimento incontrollável da taxa de inflação. "Se as economias desenvolvidas crescerem menos, como é previsto, exportaremos menos. Caso o novo governo não consiga prazos e juros menores na negociação internacional, e a inflação chegar a 300%, é inevitável que terá de lançar mão de medidas antiinflacionárias de impacto recessivo, a curto-prazo."